

Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2000

A Assembleia Municipal de Cuba aprovou, em 16 de Julho de 1999 e 11 de Fevereiro de 2000, a alteração do Plano de Pormenor do Rossio de São Brás, ratificado por despacho de 5 de Abril de 1991 do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 13 de Agosto de 1991.

O município de Cuba dispõe de Plano Director Municipal, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/93, de 8 de Junho.

A alteração, justificada por uma melhor coadunação às necessidades e vivências da população local, consiste fundamentalmente na modificação, em parte da área de intervenção do Plano de Pormenor, da tipologia dos edifícios destinados a habitação, com substituição da tipologia habitação colectiva por unifamiliar acompanhada de ajuste dos parâmetros urbanísticos e na redução da área destinada a comércio.

A alteração enquadra-se na previsão do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 155/97, de 24 de Junho.

Foi realizado inquérito público, nos termos previstos no artigo 14.º daquele diploma, e emitidos os pareceres a que se refere o artigo 13.º do mesmo diploma legal.

Considerando o disposto nos n.ºs 6 e 8 do artigo 80.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

Ratificar a alteração ao Plano de Pormenor do Rossio de São Brás, no município de Cuba, publicando-se em anexo à presente resolução as versões actualizadas do Regulamento e da planta de implantação (planta síntese), que dela fazem parte integrante.

Presidência do Conselho de Ministros, 12 de Maio de 2000. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Regulamento do Plano de Pormenor do Rossio de São Brás

Preâmbulo

O Regulamento do Plano de Pormenor do Rossio de São Brás, em virtude da alteração de âmbito limitado ao Plano em causa, passa a ter as seguintes prescrições:

Artigo único

Os artigos 2.º, 4.º, 5.º, 7.º, 8.º e 14.º passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 2.º

É proibido o aumento da área de construção para além do previsto no Plano.

Artigo 4.º

As cérceas e alturas das fachadas e muros serão obrigatoriamente respeitadas, conforme previsto no Plano.

Artigo 5.º

1 — Os lotes n.ºs 50 a 62 possuem projecto tipo fornecido pela Câmara Municipal, cuja adopção é facultativa.

2 — No caso de não adopção do projecto tipo e nos restantes lotes, os projectos ficarão obrigatoriamente a cargo dos interessados e sujeitos a apreciação e enquadramento técnico por parte da Câmara Municipal de Cuba, com as condições impostas por este Regulamento e demais legislação em vigor.

Artigo 7.º

Os telhados poderão rematar por platibanda, beirado ou por soluções mistas, beirado/platibanda.

Artigo 8.º

Os ângulos de inclinação dos telhados deverão ser sempre iguais.

Artigo 14.º

Os edifícios a construir deverão ter um isolamento sonoro adequado aos fins a que se destinam, de modo a ser respeitado o Regulamento Geral do Ruído.»



Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2000

O Programa do XIV Governo Constitucional advogou a reforma democrática do Estado e a concretização dos princípios da subsidiariedade e da descentralização, que passarão pela transferência gradual de novas atribuições e competências para as autarquias locais, a qual se encontra prevista por lei quadro aprovada em 1999. Nesta perspectiva, a administração local autárquica será confrontada, nos próximos anos, com novos desafios.

O processo de reforma, descentralização e modernização da Administração Pública em geral, e da administração local autárquica em particular, requer, designadamente, a aproximação da Administração ao cidadão, a qualificação dos serviços prestados, a desburocratização e simplificação dos actos e procedimentos administrativos, a modernização da gestão dos recursos humanos e a divulgação das novas tecnologias da informação.

O Programa do Governo prevê, assim, a observação e acompanhamento de iniciativas e medidas de modernização administrativa nos domínios da desburocratização, da qualidade, da gestão pública e da informação ao cidadão. Nesta conformidade, é criado o Fórum da Modernização Administrativa Autárquica, que articulará o seu funcionamento com o Observatório de Modernização Administrativa, a funcionar junto do Secreta-

riado para a Modernização Administrativa, nos termos dos artigos 42.º e 43.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril.

Com este Fórum pretende-se, por um lado, sustentar, acompanhar e avaliar as políticas, os instrumentos e as experiências de modernização da administração local autárquica e, por outro, sistematizar, actualizar e divulgar a informação mais relevante neste domínio estratégico do desenvolvimento do País.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — É criado o Fórum da Modernização Administrativa Autárquica, adiante designado por Fórum, tendo em vista o enquadramento e o acompanhamento do processo de modernização da administração local autárquica, o qual funcionará como um órgão consultivo do Governo em matéria de modernização das autarquias locais e na dependência do Secretário de Estado da Administração Local.

2 — Incumbe ao Fórum, nomeadamente:

- a) Propor aos órgãos competentes medidas legislativas que adequem o quadro legal ao desafio de modernização administrativa autárquica;
- b) Propor aos órgãos competentes a elaboração de estudos e análises e a sistematização e actualização de informação relevante sobre o estado da modernização administrativa autárquica;